



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 002/2026
PROCESSO Nº. 2163/2026

MARCIO PAULUS, Prefeito Municipal de Tapera, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, sob o critério de julgamento **MAIOR OFERTA MENSAL**, para **concessão onerosa de uso de bem imóvel público**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação aplicável, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos. A sessão pública ocorrerá no dia **24 de junho de 2026**, às **9h**, por meio da plataforma eletrônica **Bolsa Nacional de Compras – BNC**.

1. DO OBJETO

1.1. O presente certame tem por objeto a **concessão onerosa de uso** das dependências do **Ginásio de Esportes Poliesportivo e Cultural João Goulart de Tapera**, destinadas ao funcionamento de **bar e restaurante** ao atendimento do público em geral, com área aproximada de **263,08 m²**, compreendendo espaço para cozinha, dois sanitários, área de bar/restaurante e sala adicional de **37,73 m²**.

1.2. O concessionário deverá, obrigatoriamente, equipar e manter o local em funcionamento adequado, com mobiliário e equipamentos compatíveis com a atividade, no mínimo:

- refrigerador;
- balcão;
- fogão a gás;
- mesas;
- cadeiras;
- balcão buffet.

1.3. O uso do imóvel será destinado exclusivamente à finalidade prevista neste Edital, vedada qualquer exploração diversa sem autorização expressa do Município.

2. DA BASE LEGAL

2.1. A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 14.133/2021, pelas normas municipais pertinentes, pelas cláusulas deste Edital e por seus anexos.

2.2. Integram este instrumento convocatório, para todos os fins:

- Anexo I – Modelo de Proposta;
- Anexo II – Termo de Referência/Projeto Básico
- Anexo III – Minuta do Contrato;
- Anexo V – Declarações obrigatórias;

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento é o nível básico do cadastro na plataforma **BNC**, permitindo a participação do interessado na concorrência eletrônica.

3.2. O cadastro deverá ser realizado no sítio eletrônico da BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no sítio **www.bnc.org.br**;



3.3. O credenciamento implica responsabilidade integral do licitante por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante manter seus dados cadastrais atualizados na plataforma e em todos os órgãos competentes.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atendam a todas as exigências deste Edital e de seus anexos.

4.2. Será assegurado o tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas na forma da legislação aplicável, quando cabível.

4.3. Para usufruir do tratamento diferenciado, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos legais de enquadramento.

5. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

5.1. Não poderão participar desta licitação os interessados que:

- estejam impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- não atendam às condições deste Edital e de seus anexos;
- estejam em processo de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, salvo quando a legislação e o edital admitirem participação;
- sejam estrangeiros sem representação legal no Brasil com poderes expressos;
- incorram em qualquer outra vedação legal aplicável.

5.2. Não será admitida a participação de consórcios, salvo autorização expressa do Município, devidamente justificada no processo administrativo.

6. DAS DECLARAÇÕES NO SISTEMA

6.1. Como condição para participar, o licitante deverá assinalar, no sistema eletrônico, as declarações de que:

- está ciente e concorda com as condições do Edital e de seus anexos;
- cumpre os requisitos de habilitação;
- sua proposta está em conformidade com as exigências editalícias;
- inexistem fatos impeditivos à sua habilitação;
- não emprega menor em trabalho proibido pela Constituição e legislação trabalhista;
- sua proposta foi elaborada de forma independente;
- não utiliza trabalho degradante ou forçado.

6.2. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções legais e editalícias.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

7.1. A proposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora fixadas para a abertura da sessão pública.

7.2. A proposta deverá conter, obrigatoriamente:

- identificação do licitante;



- valor mensal ofertado pela concessão onerosa;
- prazo de validade da proposta;
- demais elementos exigidos no modelo constante do Edital.

7.3. O valor ofertado deverá ser expresso em moeda corrente nacional.

7.4. Serão desconsideradas propostas em desconformidade com as especificações do objeto ou com quaisquer exigências deste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A sessão pública será conduzida pelo Agente de Contratação, com apoio da equipe de apoio, conforme designação formal do Município.

8.2. Aberta a sessão, será divulgada a melhor proposta cadastrada, sendo iniciada a etapa competitiva.

8.3. Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pelo sistema eletrônico, de forma sucessiva e crescente, observando-se o critério de **maior oferta mensal**.

8.4. Não serão admitidos dois lances de igual valor, prevalecendo o que for recebido primeiro pelo sistema.

8.5. No caso de desconexão do Agente de Contratação, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes, com a recepção de lances, retomando-se a sessão quando possível.

8.6. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 minutos, a sessão será suspensa e reiniciada em nova data e horário a serem informados aos participantes.

8.7. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta ao licitante melhor classificado, para obtenção de condição mais vantajosa ao Município.

9. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

9.1. Serão aceitas apenas propostas cujo valor mensal não seja inferior a **R\$ 810,50(oitocentos e dez reais e cinquenta centavos) mensais**.

9.2. A Administração poderá, se entender necessário, exigir comprovação de exequibilidade e compatibilidade da proposta com a exploração econômica do objeto.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem vícios insanáveis, desconformidade com o Edital ou valores incompatíveis com a avaliação administrativa.

10. O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. O julgamento será realizado pelo critério de **maior oferta mensal**, sendo declarada vencedora a proposta mais vantajosa ao Município, observadas as condições deste Edital.

10.2. Em caso de empate, serão observados os critérios legais e, persistindo a igualdade, poderá ser realizado sorteio em ato público, com convocação dos licitantes envolvidos.

10.3. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar a documentação de habilitação na forma e prazo fixados neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Para a habilitação o licitante deverá apresentar:



11.1.1 Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº. 4.358-02.

11.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** registro comercial no caso de empresa individual;
- b)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.3 REGULARIDADE FISCAL

- a)** prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b)** prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- c)** prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d)** prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e)** prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA

- a)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a)** Declaração com indicação dos recursos materiais e humanos de que dispõe para a execução dos serviços licitados.

11.1.6 OUTRAS DECLARAÇÕES

- a) Declaração de Conformidade com a Constituição (Art. 7º, XXXIII):** Declara que não emprega menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. (Anexo VI)
- b) Declaração de Habilitação:** Declara que a empresa cumpre todos os requisitos de habilitação estabelecidos na lei. (Anexo IV)
- c) Declaração de Custos da Proposta** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Anexo VII).



d) As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, previstos no art. 42 a 45, deverão apresentar, declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo V).

11.1.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **em vigor**. As certidões que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame.

b) **balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais**, na forma da lei, conforme artigo 69, inciso I da Lei federal 14.133/2021.

Observação 1 – As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes do SIMPLES também estão obrigadas a apresentar o balanço patrimonial (Parecer 64/2000 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul);

Observação 2 - No caso de empresa que ainda não encerrou seu primeiro exercício social, estando por essa razão, impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, será admitida (e somente para esta hipótese) a apresentação do balancete do mês imediatamente anterior ao da realização da licitação (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Rio de Janeiro. AIDE. 4º edição. P. 202 / Delegações de Prefeituras Municipais. Licitação Pública – Módulo I – Básico. Porto Alegre. Jan. 2006. P.40).

Observação 3 – Para situações diversas da exposta na observação anterior, é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observação 4 - Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia autenticada ou original do Diário Oficial, em que foi publicado o último balanço.

Observação 5 - A análise da boa situação financeira da empresa far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados, os quais deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa, assinados pelo Contabilista (habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa:

AD

$$LC = \frac{AC}{PC}, \text{ igual ou superior a } 1,0$$

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}, \text{ igual ou superior a } 1,0$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}, \text{ igual ou superior a } 1,0$$



Legenda:

LC= Liquidez Corrente **ARLP** = Ativo Realizável a Longo Prazo

AC= Ativo Circulante **PELP** = Passivo Exigível a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante **LG**= Liquidez Geral

SG= Solidez Geral **AT**= Ativo Total

11.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 4.3, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 13.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

11.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 10.9, a sessão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

11.2.3 O benefício de que trata o item 10.11 não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

11.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 10.11, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 13.82, sem prejuízo das penalidades previstas no item 19, deste edital.

11.4 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, prova de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste Edital.

11.5 A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 2.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

11.7 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

12.1. Constituem obrigações do concessionário, sem prejuízo de outras previstas no Edital e no contrato:

I – manter o bar e o restaurante em funcionamento regular durante os horários de atividade do ginásio e em outros horários determinados pela Administração;

II – zelar pela conservação, limpeza e higiene do espaço concedido;

III – realizar, às suas expensas, pequenos reparos e manutenções de rotina nas instalações utilizadas;



IV – arcar com os custos de materiais, equipamentos e mão de obra necessários aos reparos de sua responsabilidade;

V – manter estoque e abastecimento compatíveis com a atividade;

VI – cumprir integralmente as normas sanitárias, de segurança, acessibilidade, defesa do consumidor e legislação municipal pertinente;

VII – retirar, ao término do contrato ou em caso de rescisão, os bens de sua propriedade no prazo fixado pela Administração;

VIII – não utilizar a água do imóvel para finalidade estranha ao objeto;

IX – responsabilizar-se pela limpeza diária das áreas sob sua obrigação contratual;

X – manter o espaço em condições adequadas de atendimento ao público;

XI – não ceder, transferir, sublocar ou compartilhar a concessão sem autorização expressa do Município;

XII – responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e securitários;

XIII – manter o funcionamento do bar e do restaurante enquanto houver atividades no ginásio, conforme regras fixadas pela Administração;

XIV – não impedir o acesso dos usuários aos sanitários, quando assim determinado pelo Município.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1. São obrigações do Município:

I – entregar o imóvel ao concessionário no estado descrito no termo de vistoria inicial;

II – fiscalizar a execução das obrigações assumidas;

III – disponibilizar o acesso às dependências objeto da concessão, nos termos do Edital e do contrato;

IV – designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato;

V – adotar as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

14. DA CONTRATAÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

14.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 dias úteis, contado da convocação.

14.2. O prazo contratual será de **12 meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado, se houver interesse público e anuência das partes, observada a legislação aplicável.

14.3. A recusa injustificada em assinar o contrato implicará aplicação das sanções cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O valor da concessão será pago mensalmente pelo concessionário até o **5º dia útil do mês subsequente**, mediante recolhimento na tesouraria do Município ou por outro meio oficialmente indicado.

15.2 O inadimplemento sujeitará o concessionário às penalidades contratuais e administrativas previstas neste Edital.



16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

16.1. O valor mensal da concessão poderá ser reajustado anualmente, observando-se o índice oficialmente adotado pelo Município, sugerindo-se o **IPCA**, salvo disposição diversa em norma local.

16.2. O reequilíbrio econômico-financeiro será analisado apenas nas hipóteses legalmente admitidas, mediante processo devidamente instruído.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou concessionário que descumprir as obrigações assumidas ficará sujeito às sanções administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade, quando cabível.

17.3. As multas poderão ser fixadas conforme a gravidade da infração e o dano causado ao interesse público, nos termos da minuta contratual.

18. DOS RECURSOS

18.1. Caberá recurso nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

18.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, de forma motivada, no sistema eletrônico, após a divulgação do resultado correspondente.

18.3. O prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais será o fixado na legislação e no sistema eletrônico.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Encerrada a fase recursal, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e o processo será submetido à homologação da autoridade competente.

19.2. A homologação não gera direito subjetivo à contratação até a formalização do contrato.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

22.2 Em caso de grandes eventos realizados pelo município o mesmo se reserva o direito de poder vender bebidas e alimentos junto a praça central.

22.3 Ao Prefeito, fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular a presente licitação, sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos a reclamação ou indenização.

22.4 Em caso de desistência do vencedor da presente licitação poderá o Município, a critério do Prefeito, aplicar qualquer uma das sanções previstas pelos artigos 155 e seguintes do Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas, constantes na Lei Federal nº 14.133/21.



22.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste Edital.

22.7 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

22.8 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 165, inciso I, b e c, da Lei nº 14.133/21).

22.9 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

22.10 Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 92, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada no artigo 155 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.

22.11 Ao Prefeito Municipal fica assegurado o direito de revogar a presente Licitação, sem que caiba aos Licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização, desde que presente o interesse e a conveniência do Município.

22.12 Fica eleito o Foro da Comarca de Tapera/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.13 Informações serão prestadas aos interessados no horário da 7:30:00h às 17:15h, na Prefeitura Municipal de Tapera/RS, junto ao setor de compras, sito na Avenida Presidente Tancredo Neves, 965, bairro progresso, Tapera/RS, ou por e-mail: licitacoes@tapera.rs.gov.br ou, ainda, pelo fone nº. (54) 3385-3300.

GABINETE DO PREFEITO, 25 de junho de 2026.

MARCIO PAULUS

Prefeito Municipal

Este edital e seus anexos encontram-se juridicamente analisados e formalmente aprovados, nos termos do parágrafo único, do art. 53, da Lei de Licitações.

Em: ____ - ____ - ____.